

Ausência de políticas públicas e transferência de responsabilidades na municipalidade de Fortaleza: desarranjos políticos institucionais na segunda metade do século XIX

Ikaro Grangeiro
Daniel Camurça Correia

Resumo

Durante o processo de aformoseamento urbano, diversas capitais provinciais brasileiras passaram a adotar modelos inspirados nas grandes cidades europeias, especialmente a partir da segunda metade do século XIX. Este artigo analisa a atuação do poder público em Fortaleza nesse período, com foco nas disputas institucionais quanto à responsabilidade pela limpeza de ruas e praças. A ausência de consenso resultou na fragmentação de competências e na negligência do Estado em implementar políticas públicas eficazes de saneamento. Como consequência, a insalubridade urbana alimentava temores de epidemias. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem bibliográfica, qualitativa, de caráter exploratório, natureza básica e método dedutivo. Os resultados revelam que o discurso oficial culpabilizava a população pobre pelas condições sanitárias, como estratégia para justificar a omissão do poder municipal em destinar recursos ao saneamento urbano.

Palavras-Chave: Limpeza urbana; Controle social; Pobreza urbana.

Absence of public policies and transfer of responsibilities in the municipality of Fortaleza: Institutional political disarrangements in the second half of the 19th century

Abstract

During the process of urban development, several Brazilian provincial capitals began to adopt models inspired by the great European cities, especially from the second half of the 19th century onwards. This article analyzes the actions of public authorities in Fortaleza during this period, focusing on institutional disputes over responsibility for cleaning streets and squares. The lack of consensus resulted in the fragmentation of competencies and the state's negligence in implementing effective public sanitation policies. As a result, urban insalubrity fueled fears of epidemics. Methodologically, the research adopts a bibliographical, qualitative, exploratory, basic nature and deductive method. The results show that the official discourse blamed the poor population for sanitary conditions, as a strategy to justify the omission of municipal authorities in allocating resources to urban sanitation.

Keywords: Urban cleaning; Social control; Urban poverty.

Texto integral

Introdução

A salubridade é historicamente um desafio para os agrupamentos humanos, desde tempos antigos até o momento. Em diferentes locais, independente da época, a incapacidade de resolver os problemas relativos aos dejetos humanos impossibilitou o desenvolvimento de muitas cidades (compreendido aqui não como uma noção neutra, mas como parte de uma concepção historicamente situada de progresso urbano, fortemente influenciada por modelos europeus de modernidade, ordem e higiene). Não é difícil encontrar na história da humanidade grupos inteiros ou que foram obrigados a se mudar ou foram dizimados por doenças, fruto da dificuldade em manter as habitações longe dos focos de contaminação. Há registros deste desafio dentro e fora do Brasil. Com o surgimento da tentativa de unificar o país, em meio ao império brasileiro, resolver problemas como distribuição de água, organização das vias públicas e limpeza

das imundícies, em muitos momentos, pareceu inviável.

Na verdade, contemporaneamente à realização deste estudo, em diferentes capitais brasileiras há registros de esgotos ao ar livre, poças de lama, roedores espalhados em bairros abandonados pelo poder instituído, limitações para recolher lixo, da mesma forma que não faltam cobranças de impostos contra aqueles que não recebem os benefícios da salubridade pública na forma de políticas públicas. O presente artigo, tem por objetivo, analisar as transferências de responsabilidades entre o poder provincial e municipal, na capital cearense, durante a segunda metade do século XIX, para decidir quem deveria ser responsável pela limpeza urbana, ou seja, quem teria de arcar com os custos da limpeza da cidade (CORREIA, 2016). Intrigante observar que, após meses e meses de discussão, decidiu-se, então, que a culpa da sujeira era tão somente dos populares.

Ou seja, se no início dos anos de 1870, com o crescimento da cidade de Fortaleza, ambas as instâncias do poder público se digladiam sobre de quem é a culpa da ausência de limpeza, agora, encontra-se aquele que leva a culpa no lugar de outro, o qual será questionado pelas diferentes esferas do poder, tirando não só o foco do problema das mãos das autoridades políticas, mas, principalmente, demarcando um inimigo em comum: trabalhadores, ambulantes, informais, populares, pobres, que, nas ruas, representam o atraso, a sujeira, a vadiagem, inibindo os esforços — inexistentes — da elite política em garantir o padrão de aformoseamento exigido na época (CORREIA; FERREIRA, 2024).

A problemática do presente texto gira em torno das preocupações do poder público, tanto no nível provincial, quanto municipal, não só em encontrar dificuldades — e resistência — em resolver o problema da salubridade urbana, como também compreender os possíveis motivos para simplesmente culpabilizar as categorias sociais mais vulneráveis daquele momento (CORREIA, 2011). A justificativa desta pesquisa encontra-se na importância em compreender que o descaso, disfarçado de cobrança, no que diz respeito ao papel do poder público, não é recente. Na verdade, é uma práxis

comum diretamente vinculada com os arranjos políticos e, no caso, com as desavenças entre os diferentes poderes.

A presente pesquisa foi resultado de arrolamento documental oriundo do Arquivo Público do Estado de Ceará, no qual se encontra farta documentação sobre Atas de correspondências da Câmara de Fortaleza, principalmente da segunda metade do século XIX. Também foram utilizados jornais advindos da Biblioteca Pública Menezes Pimentel. A meta, por meio da pesquisa documental, foi localizar, descrever e explicar como o diálogo institucional recorrentemente elaborado pelo poder público refletia, entre outras situações, descaso e abandono de suas atribuições formais, ampliando o problema da sujeira, da doença e da pobreza urbana na capital cearense.

Limpeza urbana e transferência de responsabilidades no Ceará imperial

No decorrer da segunda metade do século XIX, no que diz respeito aos mecanismos de higienização e desodorização dos espaços públicos, foi a partir da década de 1870 que a capital cearense assistiu atribulada disputa entre órgãos municipais e provinciais, para que o problema da sujeira das ruas fosse eliminado de uma vez por todas. É no início do ano de 1870 que a elite política e sanitária fortalezense vai questionar a presença maciça de sujeira espalhada pelos principais logradouros públicos. Era impossível, dizem os representantes da Assembleia provincial, andar pelas ruas do centro da cidade sem incomodar o nariz e os olhos com tamanho descuido de Fortaleza (APEC, 1871).

A partir deste momento, estabelece-se uma disputa de responsabilidades envolvendo a Câmara Municipal — especialmente seu presidente, que acumulava funções executivas — e o intendente municipal. Ambos buscavam transferir a responsabilidade pela sujeira (e consequente limpeza) da cidade um para o outro, discutindo constantemente quem seria o verdadeiro encarregado pela manutenção da

ordem urbana.

O lixo, para as famílias residentes na capital cearense da segunda metade do século XIX, era um problema que deveria ser resolvido. Constantemente, surgem na documentação cartorial existente no Arquivo Público do Estado do Ceará indícios que levam o pesquisador a se deparar com o universo (da sujeira e das imundícies) elaborado pelos representantes do poder público. Como é possível analisar no documento citado acima, é criada pelos políticos locais uma disputa de transferência de responsabilidades, na qual o problema da limpeza pública é levantado, mas não é resolvido, onde o Intendente apontava as limitações e negligências do presidente da província, e vice-versa.

No dia 14 de julho do mesmo ano, o presidente da província mandou um ofício à Câmara municipal exigindo a realização da retirada de “esterquilinos” (sic) existentes em ruas e praças da cidade. O presidente da província não só se comprometeu em retirar a sujeira entulhada, mas também “não se repita o abuso de amontoar lixo e entulhos em outros logares que não sejam os designados por esta municipalidade” (APEC, 1871).

Não havia o interesse do presidente da municipalidade em ser chamado à atenção pelo presidente de província. Ganha visibilidade uma disputa para saber quem é o verdadeiro culpado, ou responsável, pela sujeira da capital cearense. Disputa esta que perdurará até fins dos oitocentos. Vale ressaltar que ambos os órgãos do governo imperial sabiam de suas responsabilidades. A todo o momento, principalmente, pela imprensa, eram questionados sobre a situação que a capital da província passava, porém, não conseguiam cumprir a norma a contento.

Não é difícil encontrar documentos entre as Atas da Câmara, ofícios exigindo do presidente da Intendência — por parte do presidente da província — que o lixo seja removido de dentro da cidade (APEC, 1871). Esta insistente exigência do poder da província sobre o poder municipal suscita interessantes discussões sobre o olhar criterioso na situação da limpeza pública da capital no início da década de 1870. Ou seja, nenhum dos dois representantes do poder instituído se sentiram obrigados a cumprir a

tarefa referente à assepsia da cidade.

As posturas municipais tinham a função de legislar sobre o que deveria e não deveria ser feito no espaço público. As ruas deveriam permanecer limpas, as imundícies deveriam ser despejadas fora do centro. Cabiam aos guardas e fiscais da municipalidade seguirem à risca as normas para o bom funcionamento da cidade. Ao adentrar em Fortaleza, antes da república, é fácil encontrar praças públicas, bem como as principais ruas da cidade, repleta de materiais de construção entulhados, animais soltos, jumentos pastando e defecando por todos os lados. Ora, os donos dos jumentos não se incomodavam com os animais na cidade, enquanto precisavam soltá-los para que pastassem nos terrenos baldios, ou comessem as gramas verdes que cresciam nas praças e ruas. Com certeza não eram os moradores dos arrabaldes que se incomodavam com a presença dos bichos pela cidade, mas setores da população que refinaram seus olhos e narizes, conforme os novos padrões de beleza e comportamento vindos da Europa (ELIAS, 1995).

Eram nestas mesmas localidades que morava a elite política e intelectual cearense, possibilitando-os de acompanhar tudo que era feito — ou não — para a limpeza da municipalidade. De dentro de suas casas saíam os lixos que eram espalhados em terrenos baldios ou edificados do centro da cidade. Próximo aos palacetes, em Fortaleza, também tinham algumas casas modestas, das quais saíam homens e mulheres, em horas tardias da noite, para se livrarem das imundícies, jogando-as em ruas e calçadas. De bairros afastados ou ainda no centro da capital da província, eram chamadas pessoas para executarem a limpeza da cidade. Estes trabalhadores, geralmente, levavam consigo carroças ou, pelo menos, alguns instrumentos como enxadas e pás para a execução das tarefas.

Porém, a problemática em torno do lixo espalhado e limpo em Fortaleza não se limitava à simples associação com a pobreza, a sujeira, ao saneamento e à desordem. Eram dos palacetes que saíam parte do lixo que se acumulava pelas ruas, da mesma forma, eram os populares que saíam sobre as carroças, procurando lixo pelas coxias das

residências, dos órgãos públicos e da igreja, no intuito de limpar a cidade em troca de remuneração — pública ou privada.

A problemática do lixo em Fortaleza no século XIX não pode ser compreendida somente como reflexo da marginalização dos pobres ou da ausência de políticas públicas de saneamento. A questão extrapolava a dicotomia entre sujeira e pobreza ao revelar uma complexa dinâmica social, no qual os próprios espaços de prestígio — como os palacetes da elite — também contribuíam significativamente para a geração de resíduos urbanos.

Enquanto a retórica oficial associava a insalubridade à desordem popular, a prática cotidiana demonstrava que o lixo era um subproduto de todas as camadas sociais. Paradoxalmente, eram os indivíduos das classes populares, muitas vezes estigmatizados como vetores de sujeira, que assumiam o papel de limpadores da cidade, percorrendo ruas e becos com carroças em busca de materiais descartados. Atuavam, assim, como agentes informais de higiene urbana, movidos tanto pela necessidade quanto pela ausência do Estado. Essa dinâmica revela uma clara transferência de responsabilidade: a elite também produzia o lixo, enquanto somente os marginalizados o recolhiam frequentemente sob condições precárias e com escassa valorização social. Dessa forma, o enfrentamento do lixo urbano se configurava como um espelho das desigualdades sociais, onde a limpeza da cidade era sustentada pela exploração do trabalho invisível dos mais pobres.

O presidente da Câmara, segundo o jornal “Cearense”, autorizou ao engenheiro que mandasse realizar o asseio da cadeia pública, inclusive de construção do encanamento de água e esgoto. Segundo a documentação que vem nos anos seguintes a 1870, o sistema de canos é ineficiente, jogando os dejetos somente um pouco depois dos muros do edifício. O esgoto deveria chegar até a praia (O CEARENSE, 1872). Isto significa que a sujeira espalhada pelas ruas advinha das mais diferentes localidades, os prédios públicos faziam parte desta lista, não cumpriam a ordem, demonstrando a ineficiência do poder público em gerenciar a melhoria daquele espaço.

A sujeira era um problema que afetava a todos. Os populares também sofriam com a imundície espalhada pelos órgãos públicos, pois existiam casas atrás destes prédios. Famílias de pescadores viviam atrás da Cadeia Pública, para eles, ter de viver com a sujeira dos encanamentos daquele prédio era uma realidade. E por muito tempo a eliminação dos materiais fecais da cadeia permaneceu deste modo.

Enquanto as elites políticas discutiam quem era o “verdadeiro responsável” em limpar a cidade, a população, principalmente pobre, que vivia e trabalhava nas ruas, tinha que sobreviver com a sujeira. Para muitos, a situação era insustentável, para outros, significava a possibilidade de trabalho, recolhendo lixo público e privado. De modo geral, a disputa de transferência de responsabilidades alimentava esta fatia formal/informal do trabalho. Da mesma forma, o campo de tensão criado por estes políticos. Assim, por adentrar nas recorrentes disputas entre o presidente da Câmara e o presidente de província, fica claro um jogo político, no qual o conflito estava visível o tempo todo. O intendente respondeu no dia 21 de julho de 1871 ao ofício enviado pelo governo da província, na data de 14 de julho corrente, a retirada de “esterquilinos” (termo assim usado) existentes em ruas e praças da capital.

Neste instante, configura-se uma relação de poder no qual o presidente da província intimida o presidente da Câmara, exigindo destes, medidas enérgicas para a retirada do lixo do centro da cidade. Porém, como se sabe, o poder não é um objeto, palpável, que alguém segura, detendo-o e utilizando-o a seu prazer. Mas uma abstração fluida, que percorre diversos caminhos e instâncias da sociedade (FOUCAULT, 1999). Então, ao analisar este jogo político na capital cearense, o qual perdurou por décadas, depara-se com o embate travado e construído por ambos os representantes, os quais pressionavam o outro a seu favor.

No dia 25 de julho de 1871, o presidente da Câmara, solicitou a “V. Ex.^a” o presidente da província medidas necessárias para a manutenção e funcionamento da cidade. Pois, era fundamental construir “a rampa do passeio publico para a praia no prolongamento da rua Formosa [Barão do Rio Branco]” (APEC, 1871). O que não foi

feito. Sem uma rampa que ficava entre a Santa Casa de Misericórdia e o Passeio Público, devidamente construída, nos preceitos arquitetônicos da época, pouco adiantava limpá-la, já que a grama crescia com recorrência, atraindo a atenção dos animais soltos, dificultando a passagem de pedestres e carroças rumo a praia.

Em 12 de outubro do mesmo ano, a Câmara enviava um segundo ofício reiterando a necessidade de se construir a rampa. Infelizmente, não foi possível encontrar as respostas do presidente de província — então, o Dr. Francisco de Assis Oliveira Maciel — sobre os pedidos vindos do Paço da Câmara Municipal.

É comum entre as Atas de Correspondência da Câmara encontrar pedidos concernentes à manutenção da capital da província. Todavia, estas informações encontram-se todas em um mesmo documento, escrito em 15 de janeiro de 1873, o qual “apresentou esta Câmara a V. Ex.^a a necessidade de construir-se a rampa” (APEC, 1873). É, então, pela terceira vez que o intendente Antonio Gonçalves da Justa (também presidente da Câmara) fez o pedido da construção da rampa.

O principal argumento utilizado por Antonio da Justa é o fato “de evitar a obra reclamada a aglomeração de imundicias n’aquella parte da rua; e de terem a mais prompta vasão as aguas pluvias”. Segundo o intendente da época, era impossível manter aquele trecho da cidade limpa se o mesmo não estava devidamente empedrado, como mandava a norma. Sendo a rampa feita de areia e pedra solta em toda sua extensão, além de acumular poças d’água em alguns trechos, este ainda ficava cheio de “escavações”. Para o presidente da Câmara, esta requisição se fazia urgente, ainda mais que, por quase três anos, era exigido este melhoramento.

A sujeira, mais especificamente a lama, a partir de então, passa a ser outro inimigo que impregnava sapatos, sujava saias, calças, meias, e, principalmente, gerava odor, levando o ar putrefato para as roupas, a pele e ao nariz. A sujeira da rampa não incomodava somente a visão, mas ao tato e ao olfato (CORBIN, 1987). E os líderes políticos da época vão se utilizar destes insultos aos sentidos para discutirem o papel do poder público municipal e provincial.

Desimpregnar o sapato e as saias da lama significava também demonstrar a limpeza política da época. O espaço público, de modo algum, poderia ser associado a ruas sujas, mal organizadas e como perigo de queda eminente, tal como o Estado que tentava se manter no poder.

Ausência de políticas públicas e controle social

O presidente da Câmara, Antonio da Justa, também colocava em evidência a ineficiência do presidente da província. De forma alguma, neste caso específico, um sentiu-se inferiorizado pelo outro. Foram construídos conflitos e embates de discursos em que o presidente de província exigia a limpeza do intendente, e este afirmava que sem a manutenção das edificações da cidade era impossível manter a retirada de lixo da capital cearense. É salutar problematizar os argumentos utilizados pelo intendente, o qual afirmava que “resolveo agora esta Camara reiterar o seu pedido, como urge e reclama o bem publico, esperando do zelo e patriotismo de V. Exa. que seja posto em execução aquelle serviço de summa utilidade” (APEC, 1873).

A construção da rampa era um pedido que atenderia às necessidades do “bem público”. Na verdade, o intendente nada mais faria do que sua obrigação, que, ainda por cima, é “patriótica”, em defesa do povo da província cearense, segundo seus argumentos. Simplesmente, o intendente construiu uma defesa que colocou em xeque não só as estratégias políticas de Dr. Maciel, mas também sua preocupação para com o povo e seu patriotismo. E, como se afirmou anteriormente, a questão não perpassa do que vem antes por conflitos individuais.

Em momento algum, as Atas de Correspondência vão apresentar soluções para o empedramento da rampa da Misericórdia. O uso que a rampa vai ter nesta discussão política era de comprovação da ineficiência dos políticos responsáveis em organizar um local de passagem tão importante. Por motivos políticos ou pessoais, Dr. Maciel e Antonio da Justa estavam em constante disputa. O saneamento da cidade, apesar de ser

de interesse de todos, era discutido ao nível político, principalmente. O que não quer dizer que este discurso não iria se alastrar por outros espaços de discussão da cidade de Fortaleza, envolvendo pessoas e instituições (CARVALHO, 1981).

Um exemplo lúcido disso estava na circulação da chamada carne verde — ou seja, carne fresca, abatida e vendida fora dos espaços oficialmente autorizados, muitas vezes sem as condições sanitárias consideradas adequadas pelas autoridades médicas e administrativas da época. Seu comércio, frequentemente realizado por vendedores ambulantes e trabalhadores pobres, gerava conflitos com fiscais da Intendência, médicos e agentes de arrecadação. O controle da carne verde se tornava, assim, parte da política urbana de higienização: sua proibição ou regulamentação não visava somente a saúde pública, mas também o controle da presença e da circulação desses trabalhadores nos mercados e nas ruas. Nesse contexto, a fiscalização da carne verde revela como os debates sobre limpeza urbana extrapolavam o lixo físico da cidade e atingiam práticas alimentares populares, reforçando mecanismos de exclusão social e disciplinação do espaço urbano.

Estudar uma história voltada para as questões do cotidiano, de táticas de sujeitos que se esgueiram pelos meandros do poder público, tornando-se visíveis na sociedade, significa compreender os conflitos entre estes e os detentores do poder instituído (DIAS, 1988). Analisar as elites brasileiras é importante pelo fato de fazer parte (quer queira ou não) da sociedade de sua época. A elite política, seja qual for o espaço-tempo, não manipula os acontecimentos humanos. Porém, não se deve obscurecer que existem grupos minoritários que realmente têm influência em certos acontecimentos (DIAS, 1988).

Cabe ao historiador ficar atento para os variados sujeitos que compõem a sociedade de um determinado período, as formas e os meios com que eles atuam dentro deste espaço, entre seus pares e contra os sujeitos das categorias consideradas opostas ou inimigas (THOMPSON, 1987). Percebe-se o quanto é visível o conflito entre políticos fortalezenses na década de 1870, questiona-se se realmente o motivo da discussão era

a salubridade pública. Nas Atas oficiais da Câmara imperava a discussão em torno do lixo espalhado e acumulado por toda a cidade. Entretanto, por trás desta discussão emergia um confronto entre o representante do governo imperial e o Paço municipal, como se um quisesse mostrar aos pares a deficiência política do outro.

A problemática do lixo e os problemas que se ramificavam a partir daí constituem-se como os meios pelos quais estes políticos criavam argumentos para entrarem em embate com seus opositores. Entretanto, para esta pesquisa, não se pode fechar a discussão nesta afirmação. Muitos outros aspectos precisariam ser enfocados e analisados para chegar a esta conclusão. Por outro lado, pode-se pensar na relação destes argumentos, nos interesses individuais e coletivos de cada pessoa ou grupo. Estes políticos também foram produtos e produtores de seus presentes.

Nas Atas da Câmara imperava a discussão em torno do lixo espalhado e acumulado por toda a cidade. Entretanto, por trás desta discussão emergia um confronto entre o representante do governo imperial e o Paço Municipal, que era parte estrutural do processo de centralização do poder político a partir da hegemonia do Rio de Janeiro. O que salta aos olhos neste embate é a preocupação em discutir o problema da higiene pública da cidade. As “immundicias” eram o assunto que estava na ponta de pauta destes políticos, principalmente nos anos de 1870 até 1873. O lixo precisava ser combatido. Na década de 1870 a discussão sobre a sujeira na capital da província suscitava isto enquanto problema de maior visibilidade e perigo da época.

Pelo fato de as ruas praticamente não estarem calçadas com pedras, o lixo passava a ser mais visível, acumulava um líquido morfético que espalhava seu odor característico. Porém, se faz necessário ressaltar que para estes políticos não era só o odor que causava inconvenientes, mas também a apresentação das ruas e dos edifícios públicos. Era com a presença da sujeira e de sua feiura que eles eram intolerantes.

Pois, o problema do lixo, ao acumular nas ruas de Fortaleza, parecia indicar uma negação do que pertenceu àquelas pessoas. “Um solo infectado, tornado nauseabundo, é um solo perdido” (CORBIN, 1987). Por isto, ele precisava ser limpo e higienizado

para, aí, sim, fazer parte, novamente, daquela elite. Afinal de contas, novos valores sociais e políticos estavam sendo construídos na capital da província. O solo da cidade, a base da construção da cidade, não poderia representar o atraso, a sujeira e muito menos o anti modelo do progresso e da civilidade.

Para o presidente da província, era o intendente que tinha de cumprir esta obrigação pública. De modo geral, para a elite política da época, “os restos” atestavam a presença de uma memória que precisava ser desinfecta da cidade. O problema, entretanto, não se resumiu à questão do lixo.

No dia 16 de junho de 1873, sob o ofício de número 4191, o Sr. intendente afirmou que “mandou esta Camara remover o entulho a fim de evitar todos os inconvenientes que delle podião resultar” (APEC, 1874), que estavam acumulados na rua da Assembleia. Estava difícil questionar o presidente da província. Pois era possível ver — e sentir — o lixo da janela de seu gabinete, do Palácio do Governo, pois ambos situavam-se na praça do Palácio. Não teve outro jeito, o intendente foi obrigado a mandar retirar o lixo. Porém, mostrando que estava atento aos preceitos da salubridade pública, afirmou ter “a honra de solicitar de VExa. as necessarias ordens para que o no referido logar seja collocada uma sentinella”.

A partir de então, o problema não se resumiria à retirada ou não do lixo, mas também à presença de guardas que o fiscalizassem, para certificarem-se de que “o abuso de serem despejados ali novas immundicias” acabaria. É interessante perceber que a existência do lixo ainda é o principal problema. Todavia, os “particulares” foram citados na documentação. A discussão do lixo começava a perpassar pelo universo da população da cidade. O assunto ainda era de interesse público, mas novos sujeitos entravam em cena, mesmo que superficialmente na arena política, os responsáveis pela manutenção da saúde urbana.

À medida que se adentrava no ano de 1874, este discurso ganhou contorno cada vez mais nítido. Como de praxe, o Sr. presidente da província, então o Sr. Dr. Heraclito de Alencastro Pereira da Graça (STUDART, 2001) mandou um ofício à

Intendência municipal, sob o número 228, no dia 21 de novembro, exigindo providências necessárias para a limpeza da cidade. Este documento, em relação aos outros, não é significativo. Porém, a resposta dada a este ofício, enviado pelo intendente, no dia 28 de novembro, é bastante elucidativa.

Responde o Sr. Antonio Gonçalvez da Justa que "o serviço de limpeza da cidade, tem esta Camara a honra de responder a V Exa. [presidente da província], que vai envidar todos os seus esforços para satisfazer a recommendação contida no citado officio" (APEC, 1874). Inevitavelmente, os documentos enviados pela Câmara iniciavam seu discurso afirmando que não mediriam esforços para que a lei fosse cumprida.

Era importante que o discurso de um estivesse em "harmonia" com o do outro político. Contudo, explica o referido ofício que era impossível realizar a constante manutenção da limpeza de ruas e praças da capital cearense, "estando azeitadas muitas pessoas a fazer, abusiva e occultamente, a deshoras, o despejo de lixo, imundicias, e até de materiaes feaes, em diversos pontos da cidade" (APEC, 1874).

Fica difícil, segundo o presidente da Intendência, organizar a coleta de sujeira das ruas, se os populares "emporcalham" toda a cidade. Aproveitando a escuridão da noite, homens e mulheres saíam de suas casas para jogar seus lixos. Durante o dia, existia, neste momento, mesmo de forma reduzida, a presença de policiais municipais, o que tornava arriscado sair com barris de lixo. Todavia, na noite — sem um vivente na calçada — era o melhor momento para se livrar das imundícies.

Para o representante da Intendência, isto era muito ruim, pois transparecia a ideia de que as ruas nunca eram limpas com regularidade. Dando, deste modo, motivos para o Sr. presidente da província reclamar do não asseio de Fortaleza. O ofício enviado pela Câmara é fundamental por explicar que as ruas estavam sendo limpas, mas "apesar de todo o cuidado da parte dos fiscaes, só se poderá evitar semelhante abuso [jogar lixo nas ruas] postando vigias ou sentinellas nos sobreditos pontos à certas horas da noite" (APEC, 1874).

Como a municipalidade não tinha homens disponíveis para este serviço, pelo

fato "de achar-se o mesmo constantemente empregado nos serviços do mercado, matadouro e outros, durante o dia e parte da noite", deve, então, o presidente da província providenciar a contratação de sentinelas para controlar a população da cidade, os quais estavam presentes em todos os locais públicos e privados (THEOPHILO, 1997).

Ou seja, a limpeza da cidade virou caso de polícia. Se não havia interesse mútuo em destinar verbas para a limpeza urbana, por falta de má vontade mesmo. Então, como justificar isso? Simples. Procurar culpados. Desta maneira, criminalizar a população carente resolveria dois problemas: primeiro, justificar os pobres como inimigos do Estado, garantindo assim, legitimar o discurso e ações de vigilância, controle, perseguição e extermínio daqueles que incomodavam e enfeavam. Em segundo lugar, invisibilizar a má vontade política em destinar verbas para seus verdadeiros fins, resultando, obviamente, na dificuldade em rastrear onde o dinheiro foi parar, pois certamente não tinha sido na manutenção da vida coletiva.

A negligência estatal em investir na limpeza urbana de Fortaleza durante o século XIX não apenas refletia desinteresse administrativo, mas também se desdobrava em estratégias de manipulação simbólica e social. Em um contexto onde o poder público se eximia de alocar recursos para o saneamento básico, a alternativa encontrada foi transformar a sujeira em questão de ordem pública, deslocando o debate para o campo da criminalização. Ao atribuir aos pobres a origem dos problemas sanitários, o Estado tornava opaca a própria negligência deliberada, dificultando o rastreamento do uso dos fundos públicos e desviando o debate sobre o direito à cidade e à saúde coletiva. Assim, a limpeza deixava de ser uma política pública de bem-estar e tornava-se um instrumento de exclusão, reforçando desigualdades históricas.

Conclusão

A discussão em torno da limpeza da cidade estava tramitando nas instâncias políticas desde, pelo menos, 1870. Por outro lado, somente em 1873 seria associada à

imagem dos trabalhadores pobres, livres e escravos, a sujeira da cidade três anos depois, aonde o papel da “sentinella” vai ser de vigiar e controlar o trânsito do lixo urbano fortalezense.

Se em um primeiro momento era o lixo que incomodava as elites políticas e médicas da cidade, entende-se até aqui que, em meados da década de 1870, eram os trabalhadores pobres, livres ou escravos, que incomodavam os moradores do centro da cidade. É interessante pensar que mecanismos foram possíveis para que o discurso legislativo migrasse seu olhar do lixo para os populares. A partir de 1874, em vez de investigar as sujeiras provenientes das residências ou escamotear as imundícies dos órgãos públicos, os guardas e fiscais seriam responsáveis em seguir os carregadores de quimoas (recipientes utilizados para o transporte de resíduos fecais provenientes das fossas domiciliares) os criados domésticos, ou mesmo os carregadores de cadáveres.

Em certa medida, alguns destes passos não puderam seguir adiante — pois as trilhas a serem seguidas tornavam-se cada vez mais fugidias e complexas. Por outro lado, tenta-se rastrear as pegadas deixadas — mesmo que fortes ventanias tenham encoberto parte delas — para ser possível analisar esta mudança de discurso sobre o lixo da cidade, as formas de limpar Fortaleza e, principalmente, o papel imposto aos trabalhadores pobres diante da visibilidade que ganharam nas ruas da capital cearense. Busca-se, então, a história dos homens que limpam e sujaram a cidade, para, inclusive, compreender os mecanismos de desenraizamento do passado, do esquecimento e da necessidade político sanitária de higienizar o trabalho, a memória e a história do outro.

Isso significa dizer que cabe aos historiadores, ao olharem para o passado, assim como para o presente, investigar, questionar e problematizar os sentidos do papel do poder instituído. A pergunta, verdadeiramente é: quem sofre com a transferência de responsabilidade dos poderes instituídos? Enquanto ocorre essa disputa, que muitas vezes é ideológica e partidária, as necessidades urbanas em nome do bom funcionamento da vida coletiva permanecem ignoradas. E, como se não bastasse, além de ambos os seguimentos acreditarem que podem se eximir da responsabilidade de manter a cidade

em funcionamento, ainda culpabilizam as camadas populares daquilo que é consequência de uma gestão pública desinteressada no bem coletivo. Não oferecem segurança, saúde e educação e ainda exigem que a população desassistida de tudo, principalmente de recursos financeiros, alimentação e moradia, sejam obedientes e aceitem o ônus de serem tratados como o mal da vida coletiva.

Referências e fontes

Referências Bibliográficas

- CARVALHO, J.M. **A Construção da Ordem: A elite política imperial**. Brasília: Ed. UnB, 1981.
- CORBIN, A. **Saberes e Odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CORREIA, D.C. *A cidade de Fortaleza em tempos de limpeza: o trabalho informal entre o saneamento urbano, políticas públicas e a filosofia (1880-1910)*. **Revista Jurídica - UNICURITIBA**. Curitiba, v. 01, n. 42, p. 231-49, 2016. Disponível em: <https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1492>. Acesso em: 22 abr. 2025.
- CORREIA, D.C. *A urbanidade em tempos de limpeza: o universo dos carregadores das ruas na cidade de Fortaleza (1870-1910)*. **Mneme - Revista de Humanidades**, [S. l.], v. 12, n. 30, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/1262>. Acesso em: 12 fev. 2025.
- CORREIA, D.C.; FERREIRA, I.G. Embates políticos, jurídicos e filosóficos em tempos de desodorização da capital cearense (década de 1870). **Anais I SIPIIC: Seminário Internacional de Pesquisa Interdisciplinar no Cariri**. Juazeiro do Norte, CE: Unileão; Grupo de Pesquisa em Direito, Cidadania e Sustentabilidade, 2024, pp. 329-40. Disponível em: <https://unileao.edu.br/2024/08/16/anais-do-i-seminario-internacional-de-pesquisa-interdisciplinar-no-cariri-ja-estao-disponiveis/>. Acesso em: 15 mai. 2025.
- DIAS, M.O.L.S. **Quotidiano e Poder**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1995.
- FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- STUDART, B. **Datas e Factos para a História do Ceará**. Ed. Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, Tomo II.
- THOMPSON, E, P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Fontes

Ata de Correspondência da Camara municipal da cidade da Fortaleza, em sessão de 28 de novembro de 1874, nº – 21. **APEC (Arquivo Público do Estado do Ceará – Fundo).**

Ata de Correspondência do Paço da Câmara municipal da Cidade da Fortaleza, em Sessão Ordinaria de 21 de julho de 1871. nº 21. **APEC (Arquivo Público do Estado do Ceará – Fundo).**

Ata de Correspondência do Paço da Camara municipal, em 16 de julho de 1873. nº 4191. **APEC (Arquivo Público do Estado do Ceará – Fundo).**

Ata de Correspondência do Paço municipal da Fortaleza, em Sessão ordinária de 15 de janeiro de 1873, nº 340. **APEC (Arquivo Público do Estado do Ceará – Fundo).**

O CEARENSE, Quinta-feira, 15 de fevereiro de 1872, p – 3, Noticiário: Obras Públicas. (Biblioteca Pública Menezes Pimentel – Setor de Microfilmagem).

Os Autores

Ikaro Grangeiro

Universidade Federal do Ceará - UFC

Daniel Camurça Correia

Universidade de Fortaleza – UNIFOR

Recebido em 07/2025 • Aprovado em 09/2025 • Publicado em 09/2025